Espírito de defesa ou defesa da censura?

Mário Mesquita[*]

«O espírito de defesa
não consiste em praticar a censura e
em responder a uma propaganda com outra, mas em
desenvolver a liberdade e a verdade da informação»

Jean-Marie Domenach

O tema das relações entre a *Defesa* e a *Comunicação Social* é complexo, não só pelas dificuldades inerentes à fixação de conceitos que dependem, em última instância, da correlação de forças e da sensibilidade dominante na opinião pública, mas também porque nem sempre as atitudes mais entusiásticas se revelam as mais eficazes.

Em que condições a Comunicação Social é mais útil à formação do espírito de defesa?

Vejamos algumas hipóteses:

- Será mais útil quando se empenha, com proselitismo, na propaganda da ideia nacional, ou quando se esforça por mostrar os limites do quadro nacional para assegurar a segurança e a defesa?

- Será mais útil quando procura atenuar as barreiras da incompreensão entre as Forças Armadas e a opinião pública, ou quando tenta levar às Forças Armadas os sentimentos, por vezes negativos, da opinião pública em relação à instituição militar?

- Será mais útil quando perfilha a interpretação restritiva da legislação que veda ao conhecimento público os segredos de Estado e, em especial, os segredos militares, ou quando, em nome do direito a informar e a ser informado, se intromete em áreas, a cujo acesso é duvidoso que tenha direito nos próprios termos da legalidade?

A fim de ensaiar respostas a estas questões, abordarei, na primeira parte, a problemática da Comunicação Social perante a ideia nacional e a defesa colectiva; na segunda parte, as relações entre as Forças Armadas e os *media;* e, finalmente,

[*] Jornalista. Docente do Departamento de Comunicação Social da Universidade Nova de Lisboa e da Escola Superior de Jornalismo do Porto.

no último capítulo, o espírito de defesa e a questão da censura. Mais do que fornecer conclusões definitivas ou soluções acabadas, procurarei enunciar problemas, levantar dúvidas.

Antes de passar à abordagem do tema, gostaria apenas de esclarecer que o *conceito de Opinião Pública* será usado na acepção generalizada de *manifestação das atitudes colectivas que predominam* na *sociedade sobre* os *problemas de interesse geral.* Mas, a par desse conceito genérico, aplicarei outro mais restrito, que respeita apenas à chamada *opinião qualificada,* ou seja a *opinião das camadas dirigentes.*

Sentimento nacional e defesa colectiva

A ideia de que o espírito de defesa se solidifica na directa proporção do esforço dos meios de comunicação social para desenvolverem o sentimento nacionalista e patriótico pertence ao vasto arsenal dos lugares-comuns que ninguém ousa contestar. A análise da realidade contemporânea demonstra, no entanto, que a relação patriotismo *versus* defesa não se processa de modo tão linear e simplista.

Desde o pós-guerra aos nossos dias, o sentimento nacional deparou, na Europa, com factores que favoreceram o seu reforço, a par de outros que ameaçavam destruí-lo. Por vezes, aliás, as próprias ideologias internacionalistas ou os movimentos de articulação transnacionais acabaram por causar a revivescência da ideia nacional.

O internacionalismo marxista, que se tornou ideologia oficial da Europa de Leste, veio a dar origem, paradoxalmente, e ao arrepio dos seus próprios princípios, ao fenómeno do chamado nacional-comunismo, o qual se baseia, não só na vulgata marxista, mas também num empolamento, acompanhado de intensos sinais militaristas, dos sentimentos patrióticos.

O ingénuo federalismo europeu do pós-guerra cedo se desvaneceu face à preponderância dos egoísmos nacionais. Os próprios ensaios de articulação transnacional – a nível da CEE, por exemplo – têm dado origem (veja-se o problema da Grã-Bretanha ou o caso do alargamento a Portugal e a Espanha) a manifestações de feroz concorrência política e económica entre as nações, que são bem mais marcantes do que as formas, ainda incipientes, de cooperação política já estabelecidas.

O fenómeno da descolonização, ao mesmo tempo que se construía contra velhos impérios, permitia fundar jovens nações. O conceito de Estado-Nação, objecto de uma luta sem tréguas na Europa, era, simultaneamente, vangloriado no Terceiro Mundo.

Estes factores contribuíram para manter o apego aos valores e aos símbolos nacionais, apesar dos movimentos transnacionais ou infranacionais que se desenvolveram. Mas isso não significa que se estabeleça uma equivalência automática entre o espírito patriótico e o espírito de defesa.

Se olharmos, por exemplo, o que se tem passado à volta do renascimento do nacionalismo alemão e do mal camuflado desejo de reunificação existente em certos grupos políticos da RFA, concluiremos que, nesse caso, o sentimento patriótico tem funcionado – se não de uma forma generalizada, ao menos em certos momentos e em determinadas zonas de influência – como catalizador, não do espírito de defesa, mas da predisposição para aceitar eventuais limitações da própria soberania, em nome da necessidade de obter um estatuto internacional favorável ao termo da dualidade estatal.

Por outro lado, após a Segunda Guerra Mundial e a descolonização, deu-se o fenómeno que Toynbee designou por «miniaturização dos Estados europeus». Ou seja, mesmo as grandes nações europeias deixaram de poder enfrentar por si sós as ameaças exteriores. A noção de fronteira alterou-se e deixou de coincidir com o espaço nacional, em função da necessidade de organizar formas de defesa colectiva.

As ameaças externas passaram a definir-se em termos de expansionismo político, militar e ideológico. O «inimigo» potencial já não é o país vizinho, mas o bloco antagonista. Radica-se, cada vez mais, a ideia de que a segurança nacional não pode ser assegurada no quadro da nação, antes pressupõe o esforço articulado da defesa colectiva, seja no âmbito da NATO, ou no contexto de uma hipotética aliança europeia, de que se fala desde os anos 50, mas que nunca passou das boas intenções.

Isso coloca graves problemas de opinião pública, porque as camadas populares têm grande dificuldade em compreender o sentido da defesa colectiva. Sondagens feitas em países europeus – França, por exemplo – mostram que a generalidade das pessoas aceita (ou, pelo menos, diz aceitar) «morrer pela Pátria», mas não revela semelhante disponibilidade em relação à hipótese de dar a vida por compromissos internacionais que se lhes afiguram remotos e pouco claros.

O sentimento nacionalista nem sempre se traduz em correspondente espírito de defesa. As camadas populares – operários e pequenos comerciantes, por exemplo – são particularmente sensíveis aos símbolos nacionais (tais como a bandeira, o hino ou as comemorações), ao contrário do que sucede com os universitários ou quadros superiores. Mas, curiosamente, esses estratos de população mais receptivos aos sinais exteriores do patriotismo não demonstram idêntico «espírito de defesa». A

percepção de «ameaças externas» revela-se mais elevada à medida que aumenta o nível de instrução e, também, de rendimento da população.

Que conclusão se pode retirar desta análise para o terreno da Comunicação Social?

Em primeiro lugar que o proselitismo patriótico – o acento tónico colocado no discurso abstracto do amor à Pátria – não basta para criar uma opinião pública sensível aos temas da Defesa Nacional. A adesão emocional ao hino e à bandeira, a predisposição favorável às comemorações do 10 de Junho, ou o entusiasmo por desfiles militares não são garantia suficiente do espírito de defesa. Este pressupõe a informação necessária à definição das ameaças existentes que se colocam a um nível que ultrapassa o quadro nacional e envolve a ponderação de factores que vão desde a hegemonia política em espaços transnacionais à luta ideológica.

Não se pretende com esta análise minimizar os elementos de coesão e consenso nacionais. Tão pouco se trata de reduzir o papel da Comunicação Social nesse contexto. Além do território, língua, passado histórico, tradição, religião, condições económicas e outros factores que podem contribuir para a formação do fenómeno nacional, existe e prepondera o elemento *vontade.* Como disse Mazzini, «a Pátria é antes de mais, a consciência da Pátria».

Tão pouco se põe em causa que o patriotismo seja favorável ao espírito de defesa. Só que não é sinónimo de espírito de defesa. E pode mesmo, em circunstâncias precisas, jogar contra o esforço de defesa, designadamente quando este se coloca a nível de uma aliança entre nações e não depende apenas do esforço isolado de um Estado. Referindo-se ao caso alemão, o prof. Raoul Girardet sustenta que «um espírito de defesa hipernacionalista pode ser uma forma de neutralismo».

Tomemos o exemplo do «patriotismo desportivo». É um fenómeno, quase diria universal, do nosso tempo, o desporto funciona, de algum modo, como válvula de escape para a agressividade entre as nações.

Numa crónica notável acerca do último Mundial de Futebol, Raymond Aron escreveu:

«*Quando* a *equipa* é *nacional,* a *paixão torna-se nacional. Nacionalismo?* Com *certeza.* E *isso* é um *mal? Não tenho* a *certeza.*

Todos nós (...) *falamos do nível internacional do pianista, do cantor, do cientista.* Na *impossibilidade de* se *elevarem* a *esse nível, milhares, milhões de homens* e *mulheres identificam-se* com *essa «élite», participam do* seu sucesso, *do qual retiram orgulho*

por *procuração? Seria preferível* a *procuração dos Pré*mios *Nobel do que* a *dos futebolistas? Não sei.* Os *jogadores ficam mais perto de todos nós* do *que Einstein* ou *Marie Curie».*

Partilho desta «indulgência» de Raymond Aron perante o fenómeno do *nacionalismo desportivo,* de que tivemos, no caso de Joaquim Agostinho, ciclista-emigrante, o mais notável símbolo de identificação e investimento emocional. Mas seria, evidentemente, ridículo sustentar que a multidão que aplaude a selecção nacional nos jogos contra a Espanha, a Inglaterra ou URSS tem a clara percepção das ameaças e dos riscos que pesam sobre o nosso país.

Não há sinónima entre sentimento patriótico e espírito de defesa. Há, por vezes, complementaridade. Há, noutros casos, dissociação. Em linguagem de Comunicação Social, diria que a Imprensa popular e sensacionalista dispõe de meios adequados a fomentar o sentimento patriótico em determinadas circunstâncias, que vão desde os acontecimentos desportivos até aos litígios internacionais – maxime aos conflitos armados. Mas essa Imprensa sensacionalista, pelos métodos a que recorre, não está em condições de contribuir para a existência de «categorias dirigentes» dotadas do grau suficiente de compreensão, não só da história, da cultura e da tradição nacionais, mas da política internacional e da estratégia.

Gostaria, aliás, de sublinhar que o papel da Imprensa escrita é fundamental na formação de uma opinião pública sensibilizada para os problemas da Defesa. Basta reflectirmos na experiência da Imprensa britânica durante a guerra das Falkland-Malvinas.

Os tablóides sensacionalistas transformaram-se em veículos privilegiados de propaganda de guerra, sem esconder o desígnio comercial de aumentar as tiragens. O *Sun* autodefinia-se, por debaixo do cabeçalho, como «o jornal que apoia os nossos rapazes». Dirigiu, por outro lado, violentas críticas, aos sectores que se mostraram críticos ou reticentes perante o esforço da guerra. Mas quem teve um papel decisivo na formação da opinião pública dirigente na Grã-Bretanha foram os chamados «jornais de qualidade», mesmo quando deram guarida a posições mais criticas ou reticentes em relação à política governamental. Nesse aspecto, a influência da Imprensa escrita é insubstituível.

Jacques Fauvet afirma que «assim como o livro é indispensável à Cultura, a Imprensa escrita é indispensável à informação». E, acrescentamos nós, indispensável à existência de um «espírito de defesa» que terá de se basear na inteligência e não no chauvinismo; na compreensão e não na adesão emocional;

na critica livre - e não no seguidismo passivo das tradições.

A desconfiança recíproca entre as Forças Armadas e os *media*

É mais fácil ligar o televisor ou transístor do que ler um jornal, mas a existência de uma opinião pública critica, activa e desperta – o contrário do que sucedia em Portugal no dia 24 de Abril de 1974 – passa pela função complementar da Imprensa escrita em relação ao audio-visual. E, no âmbito da Imprensa escrita, terá de basear-se. essencialmente, nos jornais de referência, que se caracterizam pelo relevo concedido ao noticiário internacional, económico e cultural, bem como pela moderação ideológica.

Presumo que, em Portugal como nos outros países da Europa Ocidental, a Imprensa deste tipo terá de coexistir com a Imprensa popular e sensacionalista, sob pena de acabarmos Vítimas de uma opinião pública controlada, por doses-gigante de anestésicos audio-visuais.

O controverso ex-ministro da Defesa de França, Charles Hernu, disse que «a defesa respeita ao conjunto dos departamentos ministeriais», pois «é uma noção global que ultrapassa o quadro militar». Aplicando este ponto de vista a um órgão de comunicação social, dir-se-ia que a critica que lhe pode ser movida, em termos de defesa, não respeita apenas ao tratamento que esse jornal, estação de rádio ou televisão possa conceder aos temas especificamente militares. Por outras palavras: a orientação global de um órgão de comunicação social pode ser sujeita a uma apreciação critica em termos da Defesa Nacional, sem prejuízo da análise, mais restrita e especializada, que incide sobre a forma como esse mesmo órgão aborda os temas relacionados com a componente militar de defesa.

Esse facto não retira importância ao modo como se processa o relacionamento entre o conjunto dos meios de comunicação social em determinado país e as «suas» Forças Armadas. Nos *regimes* autoritários, quer se trate – para recorrermos à terminologia de Maurice Duverger – de ditaduras socialistas ou capitalistas, o envolvimento directo das Forças Armadas no plano político e os condicionamentos à liberdade de expressão são elementos definidores de sistemas concentracionários, que não vamos analisar aqui. Interessa-nos, agora, examinar os *regimes de democracia liberal,* articulando a tipologia dos regimes políticos de Duverger com a de Rostow, que relaciona os graus de desenvolvimento económico com a forma de inserção das Forças Armadas na Sociedade.

Importa reter essencialmente a situação dos *países desenvolvidos,* onde existe, por via de regra, uma integração harmónica das actividades civis e militares e onde a instituição militar usufrui de alto prestígio, para compará-la aos *países* em *vias* de *desenvolvimento* onde as Forças Armadas são, simultaneamente, ignoradas e temidas e vivem num desfasamento, quase permanente, com a opinião pública.

Nesta última categoria se deverá, talvez, enquadrar o caso português, agravado por circunstâncias resultantes do facto de o actual regime se ter fundado a partir dum golpe militar. Não surpreende, pois, que a questão das relações entre políticos e militares, entre poder civil e militar tenha ocupado o centro do debate nacional.

Tal situação suscita, nos meios políticos, reacções aparentemente diversas, que vão desde o temor reverencial à desconfiança sistemática. Daí as tentativas de culpabilizar exclusivamente as Forças Armadas, seja pela guerra colonial ou pelo modo como se processou a descolonização; seja pelo «comprometimento» com o antigo regime ou pelos ensaios de «ditadura de esquerda» pós 11 de Março; seja pelo alegado desejo de retorno ao passado ou pela pretensa intenção de recriarem o MFA; seja, ainda, por não intervirem no domínio político a fim de impedir a instabilidade reinante ou por (supostamente) não aceitarem subordinar-se aos critérios democráticos.

Estas acusações são contraditórias entre si, mas coincidem na criação de um clima de recíproco mal-estar entre o todo social e a parte dele que é a instituição militar. Analisando a problemática espanhola posterior à descolonização (guerra hispano-americana de 98), Ortega y Gasset diria que – terminada a intervenção externa – o Exército ficou dividido e desenraizado, ao mesmo tempo que a sociedade civil perdia toda a sensibilidade em relação ao mundo militar. No interior das Forças Armadas – sublinhava o pensador espanhol – gerou-se uma «atitude de suspeição face aos políticos, aos trabalhadores e aos operários (e a lista poderia continuar a aumentar muito)»; «cresceu o ressentimento e a antipatia para com as restantes instituições da sociedade». Perante tais sintomas, as Forças Armadas formaram o seu «espírito de corpo» contra os outros grupos sociais e perderam a noção de serem apenas um elemento integrado num conjunto mais amplo.

Do constitucionalismo monárquico ao 25 de Abril, a História de Portugal caracteriza-se pela sucessão de intervenções militares. Em 25 de Abril de 1974, as Forças Armadas derrubaram um governo e um regime autoritários, incapazes

de encontrar solução para o problema colonial. Em 25 de Novembro de 1975, impediram que se instalasse uma ditadura de sinal contrário. Em ambos os casos escaparam à tentação de se constituírem em fonte exclusiva de poder ou de assumirem directamente a govemação. Compreenderam a necessidade de alicerçar na subordinação ao poder emanado do sufrágio universal a sua coesão interna.

A integração das Forças Armadas no ordenamento constitucional e a problemática relacionada com a Lei de Defesa demonstram, no entanto, que muitas feridas permanecem em aberto. Subsistem sequelas do passado recente que dificultam as relações Forças Armadas - Opinião Pública - Meios de Comunicação Social.

Sem a pretensão de analisar exaustivamente esta problemática, gostaria de enunciar alguns factores de desconfiança recíproca entre as Forças Armadas e os *media.*

Em primeiro lugar, os factores *institucionais* e de *formação profissional:*

a) mútuo desconhecimento das problemáticas que motivam e preocupam cada qual dos sectores e dos respectivos códigos deontológicos;

b) a opacidade característica da forma de organização das Forças Armadas, que dificulta o acesso dos jornalistas às fontes de informação militares;

c) a imagem deturpada que geralmente os militares fazem dos jornalistas e vice-versa;

d) a deficiente estruturação das carreiras jornalísticas o que toma os profissionais de comunicação social suspeitos na perspectiva de uma instituição tão estruturada e hierarquizada como as Forças Armadas;

e) a existência de zonas sensíveis e potencialmente conflituais nas relações entre as Forças Armadas e os meios de comunicação social, como sejam os segredos de defesa e os problemas relacionados com a própria organização interna das Forças Armadas;

f) a perspectiva instrumental com que os militares, regra geral, encaram a Comunicação Social, enquanto os jornalistas procuram defender a autonomia possível dos órgãos de informação.

Em segundo lugar, factores de natureza *política* e *ideológica,* como sejam:

a) os reflexos nas Forças Armadas e nos meios de comunicação social da crise institucional política, social e económica atravessada pela sociedade portuguesa;

b) a tendência por vezes registada a nível do poder executivo para se desculpabilizar, desviando as atenções seja para as Forças Armadas, seja para os *media;*

c) a carga histórica passada e recente de ambas as instituições, que se traduz, de um lado, na desconfiança dos jornalistas em relação às intervenções militares na área da Comunicação Social, e de outro, no receio dos militares de que os meios de comunicação social acabem por desempenhar um papel dissolvente dos valores defendidos pela instituição militar;

d) a matéria sempre delicada da propaganda e da ideologia pacifista nos meios da Comunicação Social, sobretudo quando tende a confundir a legítima aspiração à paz com o desarmamento unilateral e sem reciprocidade;

e) a tendência das Forças Armadas para responsabilizarem apenas os meios da Comunicação Social, cujo poder sobrevalorizam, pelos aspectos negativos da sua imagem;

f) certa forma demagógica de encarar o debate do orçamento de defesa, nomeadamente através da análise simplista que corresponde à mera contra posição das despesas militares às despesas da saúde e da educação.

Queria ainda fazer referência à diferença entre as situações que se verificam em tempo de paz e em tempo de guerra ou, mais exactamente, em tempo de acções que interrompem a paz.

Nesses períodos, as relações entre a defesa nacional, a instituição militar e os meios de comunicação social tomam-se mais complexas, mas também ganham em clareza.

Nas democracias, a tendência geral é no sentido de criar maior homogeneidade entre o poder político e a opinião pública, as Forças Armadas e os meios de comunicação social em período de operações militares. Isso sucede com particular evidência quando se trata de acções que colocam em jogo de maneira directa e imediata, a segurança nacional e põem directamente em perigo as fronteiras, como sucedeu por exemplo durante a Segunda Guerra Mundial, em que se tendia a harmonizar a relação Opinião Pública - Meios de Comunicação Social - Forças Armadas.

O mesmo não acontece, porém, quando se trata de operações longe do território nacional, determinadas por razões que não suscitam imediata adesão ou sequer compreensão da opinião pública, pois justificam-se em função do cumprimento de tratados internacionais ou de interesses estratégicos. Nestes casos, é difícil que se criem sentimentos unânimes na opinião pública, que tende a dividir-se, tornando-se,

portanto, particularmente importante o binómio meios de comunicação social - Forças Armadas. Em tempo de guerra, são, por via de regra, estabelecidas restrições à liberdade de informação, que podem mesmo assumir a forma de censura militar. Conforme escreveu Philippe Knightley, especialista de defesa do *Sunday Times,* «dado que os exércitos lutam enquanto as pessoas pensam, toma-se essencial controlar esse pensamento».

Mas a atitude em relação ao controle das notícias e às formas de censura varia consoante o grau de consenso existente quanto a determinada intervenção militar. Em casos como o do Vietname, determinado por razões de natureza estratégica, menos claras ou mesmo incompreensíveis para boa parte dos cidadãos norte-americanos, a contestação foi aumentando na opinião pública, enquanto a situação se deteriorava no teatro da guerra. E à medida que piorava a situação militar, o Governo americano ia perdendo o controle da Comunicação Social.

No Vietname, as medidas de censura militar exerciam-se directamente sobre os correspondentes de guerra e não sobre os jornais, pelo que o predomínio na Comunicação Social dependia do próprio controle do acesso às operações militares. Enquanto as forças militares puderam escolher as missões a que deviam ter acesso os jornalistas, mantiveram um aceitável domínio da Comunicação Social nos Estados Unidos. Mas perderam-no quando, a partir de 1968, as acções de guerrilha urbana atingiram Saigão, após a chamada «ofensiva de Tete», os *cameramen* começaram a captar as acções de violência e de sangue à saída das portas do hotel, e a transmiti-las, à noite, para as cadeias de televisão norte-americanas. No caso das Malvinas, a possibilidade de um domínio quase absoluto do teatro de operações, situado a 400 milhas do território continental mais próximo, permitiu ao Governo britânico um domínio muito rigoroso da informação.

Tem-se tentado estabelecer, aliás, uma comparação entre a intervenção nas Falkland e a do Vietname, por se tratar de situações militares que não se confundem com guerras de sobrevivência nacional, mas revelam diferentes modos de actuação em relação à Comunicação Social.

A analogia não colhe, dada a diversidade das situações, mas, em todo o caso, a guerra das Falklands serviu para comprovar que, ao contrário do que certos meios militares pensam, a dispersão e a flexibilidade dos meios da comunicação social, num país democrático, podem funcionar com maior eficácia do que a concentração, a rigidez e o centralismo dos órgãos de informação numa ditadura.

Em qualquer caso importa sublinhar que nas guerras totais ou nas intervenções

parciais, «o êxito militar depende do segredo, enquanto o sucesso jornalístico pressupõe a publicidade», conforme se diz no estatuto britânico do correspondente de guerra. Mas sempre que se trate de intervenções armadas, a que não pré-existe um largo consenso, será natural que se verifiquem tensões entre o Governo, as Forças Armadas e os *media.*

O princípio de que os interesses da segurança nacional têm de prevalecer, em tempo de guerra, sobre o direito à informação, é universalmente aceite, mas também sucedeu, em diversos países. que se tenha procurado camuflar, sob a capa da segurança nacional, erros governamentais ou interesses de natureza puramente partidária, pessoal ou particular.

Em tempo de guerra ou em tempo de paz, as relações entre a defesa e segurança nacional e os meios de comunicação social constituem uma área sensível. A defesa é uma zona onde mais naturalmente se exerce o segredo do Estado; a Comunicação Social é o reino da publicidade.

Pensando nas nossas preocupações actuais, volto à pergunta inicial: que pode a Comunicação Social portuguesa para fomentar o «espírito de defesa»?

Pouco dado ao proselitismo, nada crente em injecções pedagógicas ou ideológicas. ministradas através dos órgãos de informação, atrevo-me a dizer apenas que o jornalismo português, se quiser colmatar as suas lacunas, na perspectiva da defesa nacional, terá de tornar-se mais competente, mais autónomo e mais culto.

Embora com o risco de decepcionar muita gente, atrevo-me a sustentar que, em termos de comunicação social, a melhor defesa começará sempre na competência, na autonomia e na cultura.

O fascínio pelo modelo do adversário

Ao longo da história do nosso século os temas da ideologia e da guerra, da propaganda e dos *media* surgem dramaticamente interrelacionados. Não é, sequer, possível abordá-los isoladamente. As guerras foram o campo experimental, por excelência, dos técnicos da propaganda. O maniqueísmo criado pelas situações de conflito armado preparou o terreno favorável à *manipulação* dos meios de comunicação, para uso interior ou exterior às fronteiras nacionais.

A ligação da ideologia, da propaganda e da guerra aperfeiçoou-se de tal modo que se tornou possível, após 1945, substituir a guerra dos exércitos pela luta ideológica

e pelo afrontamento no campo da propaganda política.

Os dois conflitos mundiais produziram graves consequências na área dos *media.*

Permito-me salientar duas dessas consequências que se me afiguram de grande importância.

A primeira tem a ver com a crise da chamada *teoria liberal sobre* a *Imprensa,* na sua versão *pura* e *ingénua,* herdada do séc. XIX.

A *teoria liberal,* que confiava no mercado como factor regulador, quase exclusivo, da acção dos *media,* teve dificuldade em integrar as medidas de excepção (nomeadamente de natureza censória) adoptadas em diversos países democráticos durante a Primeira e a Segunda Guerra Mundial. A visão clássica liberal – teorizada, por exemplo, pelo *Wall Street Journal* – sustentava que o jornal é uma empresa privada que nada deve ao público, mas apenas à vontade do seu proprietário.

Nestes parâmetros teóricos, tomava-se difícil encontra resposta adequada às questões levantadas pela necessidade de estabelecer, em tempo de guerra, restrições à informação por motivos relacionados com a segurança e a defesa.

Essa incapacidade da *teoria liberal,* acrescida aos problemas levantados pelo surgimento de outros *media* (cinema, rádio e, por fim, televisão) esteve na base da nova teorização anglo-americana sobre o papel da Comunicação Social nos Estados democráticos: a *teoria* da *responsabilidade social,* formulada nos Estados Unidos pela *Comissão para* a *Liberdade* de *Imprensa* e em Inglaterra pela *Comissão Real para* a *Imprensa.*

As recomendações de ambas as comissões orientavam-se no sentido de fomentar a ideia da responsabilidade social e de serviço público dos *media.* Em Inglaterra, a Comissão propôs a formação do Conselho de Imprensa, com o objectivo de atender as reclamações do público e condenar práticas abusivas da Imprensa.

Proposta semelhante – embora com objectivo mais modesto – formulada pela Comissão norte-americana (Hutchins Commission Report. 1947), seria rejeitada e provocaria um clamor de desaprovação da Imprensa privada, ciosa da sua autonomia e conhecedora da sua força. Tratava-se de criar um organismo independente e representativo da opinião pública que elaborasse um relatório anual sobre o comportamento da Imprensa.

A Comissão considerava, por um lado, o risco das grandes concentrações na Imprensa, enquanto ponderava, por outro, os inconvenientes do controle pelo

Estado:

«Se os *media* são controlados pelo Governo, perdemos a nossa principal garantia contra o totalitarismo e, ao mesmo tempo, damos um grande passo em sua direcção».

Considerando que as intervenções do Governo poderiam evitar abusos da Imprensa, mas envolviam o risco de *matar* a liberdade de expressão, a Comissão – constituída exclusivamente por universitários, alheios aos *media* – depositava as suas esperanças no *autocontrole* da Imprensa e na formação e espírito profissional dos jornalistas.

De acordo com a *teoria* da *responsabilidade social,* a liberdade de imprensa, embora envolva o direito ao erro, não equivale ao «direito a ser justo ou injusto».

A segunda grande consequência, a nível da Comunicação Social, dos dois conflitos mundiais foi a tendência dos ideólogos, políticos, propagandistas e estrategistas para fazerem incidir sobre os *media* um olhar puramente *instrumental,* no sentido mais limitativo da expressão.

A perspectiva *voluntarista* triunfou e, através dela, a tendência redutora para configurar o processo de comunicação social como uma «injecção hipodérmica» ministrada pelo emissor da mensagem ao seu receptor.

Os estudos sobre os *media,* que se encontravam, nessa época, numa fase ainda pioneira, tendiam a incidir, essencialmente, sobre os *efeitos* da Comunicação Social marginalizando as outras *étapes* do processo enunciadas no paradigma de Lasswel ou seja o emissor (empresas de comunicação social, jornalistas, etc.); o conteúdo das mensagens; o canal (as técnicas de difusão); e, por fim, o destinatário (as audiências, o público).

A circunstância de, nessa fase pioneira, os estudos sobre a Comunicação Social analisarem quase exclusivamente os *efeitos* produzidos pela acção dos *media* tinha a ver com o *preconceito* do poder absoluto das técnicas de difusão colectiva que os acontecimentos históricos da Segunda Guerra Mundial ajudaram a radicar nos investigadores e no público.

Concebia-se o emissor como o único elemento activo no processo de comunicação. O *público* era encarado como entidade *passiva.* Interpretava-se a sociedade como um conjunto de indivíduos «atomizados» e indefesos perante a acção dos *media.* Por outro lado, a formação da opinião pública era apresentada como produto exclusivo da acção da Comunicação Social.

Esta crença no poder ilimitado dos *media* assentava, em boa parte, na observação do que fora a orquestração da máquina de propaganda hitleriana durante a guerra, analisada por autores como Serge Tchakhotine, na obra clássica Le *viol des foules par la propagande politique.*

A evolução dos *estudos sobre* os *media* veio a apontar, porém, noutro sentido. As interpretações lineares da relação emissor-receptor cederam lugar a versões mais elaboradas. A sociedade passou a ser analisada como entidade heterogénea composta de diversos grupos e micro-grupos. Os limites à credibilidade dos *media* foram analisados. Os meios de autodefesa da sociedade e dos cidadãos também. A importância das relações interpessoais, a par da influência directa da Comunicação Social, foi sublinhada. O papel dos intermediários e líderes de opinião começou a ser destacado.

A investigação sobre os *media* é jovem de 50 anos. Os resultados atingidos são insatisfatórios. Por um lado, os trabalhos de campo, efectuados com base em sondagens e inquéritos, conduzem, regra geral, à conclusão de que os *media* operam modificações limitadas na opinião pública. Acentuam a complexidade dos mecanismos de auto-defesa e das relações sociais. Menosprezam a influência directa dos *media* na sociedade. Por outro lado, os *ensaístas,* mais especulativos, atribuem à acção dos *media* profundas mudanças. Chegam a interpretar a evolução histórica à luz do progresso tecnológico dos *media* (caso, por exemplo, de McLuhan).

Naturalmente, entre a *modéstia* dos investigadores e a *ousadia* dos ensaístas (para recorrer à terminologia de Francis Baile) medeia o vasto campo da ignorância que o avanço dos estudos e da investigação não logrou ainda preencher. Quando se trata de colmatar esse *vazio,* os factores *ideológicos* não se mostram avaros: antes oferecem generosamente os seus préstimos.

De um modo geral, os detentores dos poderes de decisão – políticos, empresários, militares – tendem a sobrevalorizar o peso dos *media,* enquanto factor de formação da opinião pública. Por vezes, mostram ignorar as condições mais elementares da sua eficácia, a começar pela credibilidade.

É também frequente verificar-se, entre os planificadores da Defesa, civis e militares, uma espécie de *fascínio* pelo modelo do adversário. Como se, para combater sistemas de Comunicação Social rígidos, fechados, censórios – numa palavra: totalitários – houvesse que abdicar dos valores próprios e assumir as roupagens do adversário.

Esta tendência assenta na convicção errónea de que os *sistemas fechados* de Comunicação Social são mais eficazes do que os *sistemas abertos.*

Não está provado que assim seja. Pluralismo de opinião não é sinónima de fragilidade. Conforme faz notar Edgar Morin «o potencial explosivo da informação aumenta quando esta é rarefeita e diminui quando é superabundante». Mas a razão fundamental porque não é aceitável aderir ao sistema adverso, a pretexto de melhor o combater, é de *natureza ética.*

«Se nós próprios fôssemos totalitários – disse o prof. Girardet – não teríamos qualquer justificação para nos opormos a um sistema totalitário».

O problema das relações entre o espírito de defesa e os *media* não pode equacionar-se apenas no que se refere aos períodos de guerra ou de intervenções que interrompem a paz.

A questão é mais vasta.

Uma coisa é admitir-se – em nome da eficácia das operações militares – a existência de restrições à liberdade da expressão e ao direito a informar e a ser informado em períodos de excepção, outra coisa seria confundir-se o espírito de defesa com a prática da censura.

Porque não está em causa apenas a necessidade de defender a comunidade nacional contra agressões exteriores, mas também a defesa de um conjunto de princípios e de um quadro de referências culturais que se opõem à divinização do Estado e à manipulação das consciências.

Porque não está em causa apenas assegurar uma qualquer segurança nacional, mas garantir a ordem democrática onde a liberdade e a verdade da informação são valores a preservar.

Numa situação internacional que não é rigorosamente de paz, nem rigorosamente de guerra, com a noção de fronteira em crise ou, se preferirem, em transformação, o espírito de defesa fomenta-se com mais liberdade e mais informação.

Num país como o nosso, onde a experiência de liberdade de imprensa tem apenas dez anos de atribulada vida, importa associar espírito de defesa e defesa da liberdade.

A responsabilidade da Comunicação Social em matéria de segurança e defesa nacional deve ser definida em termos de afirmação e não de mera negação.

Não se pode, nem se deve confundir espírito de defesa com defesa da censura.

Bibliografia consultada

ARONSON, James – «*The Press and the Cold War».*

Boston, Boston Press. 1973.

BALLE, Francis – «Médias et *Société». Paris. Éditions Montchrestien, 1980.*

CAZENEUVE, Jean (coordenador) – «Guia *Alfabético das Comunicações* de *Massas». Trad. portuguesa, Lisboa. Edições 70. s.d.*

CA*YROL, Roland – «La Presse Ecrite* et *Audio-visueIle». Paris. PUF. 1973.*

DOMENACH, Jean-Marie – «La Propagande Politique». Paris. PUF. 1965.

EPSTEIN, Edward J. *– «Between fact and fiction – the Problem of Joumalism», New York, Vintage Books Edition. 1975.*

GIRARDET, Raoul – «*0 período colonial não foi útil» – entrevista concedida* a *Filipe Vieira* e *Mário Mesquita. In «Diário* de *Notícias».* 8 de *Janeiro* de 1984.

– «*Tradition nationaliste* et *tentation neutraliste en France. aujourd'hui». in «Pacifisme* et *neutralisme en Europe». Paris. Association Française pour la* Communauté *Atlantique. s.d.*

HARRIS, Robert – «Gotcha!; The Media, the Government and the Falklands Crisis», Londres. Faber and Faber. 1983.

House of Commons (First Report from the Defence Committee) – «*The Handling of Press and Public Information during the Falklands Conflid». Londres.* H.M.S.O ., 1982.

McLUHAN, Marshall – «Understanding Media; the Extensions of Man». New York, McGraw *Hill, 1964 (Trad. brasileira* de *Décio Pignatari. «Os* Meios de *Comunicação como extensões* do *homem».* S. *Paulo. Cultrix. s.d.).*

MORIN, Edgar – «Sociologie», Paris, Fayard, 1984.

– «Pour Sortir du Vingtième Siécle» (trad. *port. «As Grandes* Questões do *Nosso Tempo», Lisboa. Editorial Notícias, 1981).*

ORTEGA Y *GASSET, José – «Espana Invertebrada», Madrid, Espasa-Calpe. S.A..* 1967 (1.º *edição;* 1921).

RESTON, James – «*The Artillery of the Press» (trad. brasileira.* «A *Artilharia da Imprensa». Rio* de *Janeiro. Editora Lander, 1968).*

RODRIGUES, Adriano Duarte – «A *Comunicação Social - noção, história, linguagem»,*

Lisboa, Editorial Vega, s.d.

– «O *Campo dos Media», Lisboa.* A *Regra* do *Jogo Edições, 1984.*

SCHNEIDER, William et alia – «*The Military and the* Media», in *Essays* on *Strategy and Diplomacy* (number *two), Riverside. The Keck Center for International Strategic Studies. 1984.*

SIEBERT, Fred et alia – *«Four Theories of the Press». University of Illinois Press. 1963.*

TCHAKHOTINE, Serge – «Le viol des Foules par la Propagande Politique», Paris Gallimard, 1968 (1ºEdição. 1952).